

# SEMINÁRIO: COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Proteção e garantia dos direitos de crianças e  
adolescentes



Relatório

## REALIZAÇÃO



# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

Composição Março/2025:

### Mesa Diretora

**Presidência:** Jose Armando Hussid (Instituto Potencial Projetos Sociais)

**Vice-Presidência:** Esequias Marcelino da Silva Filho (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)

**1º Secretário:** Fábio Henrique Salles (Secretaria Municipal da Saúde)

**2º Secretário:** Alcides Paes do Prado Junior (Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas)

### Comissão Permanente de Finanças e Orçamento - CPFO

**Coordenador:** Daniel Augusto de Souza Borges (Secretaria Municipal da Fazenda), **Suplente:** Emerson Onofre Pereira (Secretaria Municipal da Fazenda); **Vice-Coordenadora:** Beatriz de Jesus Silva Carvalho (Secretaria Municipal de Educação), **Suplente:** Gildo José dos Santos (Secretaria Municipal de Educação); **Titular:** Marcia de Fatima Araujo (MSTC – Movimento Sem Teto do Centro), **Suplente:** Marcelo Panico (Fundação Dorina Nowill para Cegos); **Titular:** Marcos Antonio Muniz de Sousa (Liga das Senhoras Católicas de São Paulo - Liga Solidária), **Suplente:** Paloma Gabriela Fonseca Costa (Instituto C - Criança, Cuidado, Cidadão).

### **Comissão Permanente de Mobilização e Articulação - CPMA**

**Coordenadora:** Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas (Centro Educacional Jovem Aprendiz do Brasil), **Suplente:** Patrícia Kelly Ferreira (Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente - NECA); **Vice-Coordenador:** Alcides Paes do Prado Junior (Associação de Moradores da Vila Arco Íris), **Suplente:** Olicio Alves Rocha (Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo - SINDSEP); **Titular:** Maria Luiza da Silva (Secretaria Municipal de Esportes e Lazer), **Suplente:** Augusto Rapp de Eston Pinto Coelho (Secretaria Municipal de Esportes e Lazer); **Titular:** Ramirez A. Lopes Tosta (Secretaria Municipal de Cultura), **Suplente:** Isabela C. Sartori (Secretaria Municipal de Cultura).

### **Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPPP**

**Coordenador:** Esequias Marcelino da Silva Filho (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), **Suplente:** Tifani Declaira Paulini Coelho (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania); **Vice-Coordenador:** Bruna Carolina Monteiro Dal Fabbro (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), **Suplente:** Keicyane Altrão Rodrigues Nascimento (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social); **Titular:** Jose Armando Hussid (Instituto Potencial Projetos Sociais), **Suplente:** Rosangela Nascimento Souza (Associação de Lutas e Promoção Social Jardim Robru e Adjacências); **Titular:** Ana Maria Macedo da Silva (ONG Associação de Bombeiros Civis e Defesa Civil Nacional), **Suplente:** Ivoneide Ribeiro dos Santos (Associação Beneficente Menina dos Olhos de Ouro).

## Comissão Permanente de Registros – CPR

**Coordenador:** Lucas Pereira dos Santos (Federação do Terceiro Setor); **Suplente:** Ana Carolina da Silva Mandetta (Organização Solidariedade e Justiça União de Vila Nova); **Vice-Coordenadora:** Nathalia de Freitas Silva (SEMEAR - Associação para Integração e Apoio às Pessoas com Deficiência); **Suplente:** Robério Nascimento Borges (Apoio - Associação de Auxílio Mutuo da Região Leste); **Titular:** Cintia Cristina Conti Seraphim (Secretaria Municipal de Justiça); **Suplente:** Ana Beatriz de O. Silva (Secretaria Municipal de Justiça); **Titular:** Fábio Henrique Salles (Secretaria Municipal da Saúde); **Suplente:** Gilberto Takada (Secretaria Municipal da Saúde).

## PRODUÇÃO EDITORIAL

Alicia Baptista Rodrigues - Coordenação de edição, produção de conteúdo e revisão.

Claudia Lach Gasparini - Produção de Conteúdo e revisão.

Veronica Maia Schlickmann Guibu - Design de projeto gráfico e diagramação.

**Março, 2025.**

## **APOIO**

### **Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos da Secretaria de Governo Municipal - SGM/SEPE**

**Equipe do Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância:** Elizete Regina Nicolini (Coordenadora do Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância), Amanda Theodoro de Souza (Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental), Cassiano Luis Silva Santos (Residente), Eduardo dos Anjos Barboza (Assessor Técnico), Lara Vitória Abreu dos Santos (Assessora), Laura Meneghel dos Santos (Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental), Raissa Fontelas Rosado Gambi (Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental).

**Comitê Gestor Intersetorial - composto por órgãos municipais, representados pro seus titulares e Secretários Adjuntos:** Secretaria do Governo Municipal; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

**Grupo de Pesquisa CRIADIR MACK: Direto à Vez e Voz de Crianças e Adolescentes - Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Líder:**

Profa. Dra. Michelle Asato Junqueira

**Vice-Líder:**

Profa. Dra. Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Programação</b> .....	9
• <b>CNV para PLANEJAR:</b>	
<b>A busca e construção de uma Cultura de Paz</b> .....	13
Rose Inojosa.....	13
• <b>CNV para CONSTRUIR:</b>	
<b>Comunicação Não-Violenta aplicada à formação de Políticas Públicas</b> .....	21
Mayara de Carvalho Siqueira.....	21
• <b>CNV para RESTAURAR:</b>	
<b>Quando a Justiça é restaurativa - experiência das oficinas de parentalidade</b> .....	29
Débora Eisele Barberis.....	29
Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci.....	38
<b>Conclusões</b> .....	44
<b>Recomendações</b> .....	46
<b>Anexos</b> .....	48

## APRESENTAÇÃO

É com grande senso de responsabilidade e comprometimento com valores humanos que disponibilizamos esse relatório, fruto do Seminário: Comunicação Não Violenta e Justiça Restaurativa que se deu em 27 de março de 2025.

Vivemos em tempos que nos exigem muito além de decisões técnicas, somos convocados a construir espaços onde o diálogo, a escuta ativa, o respeito mútuo e a corresponsabilidade sejam práticas reais.

Neste sentido, a Comunicação não Violenta e a Justiça Restaurativa são ferramentas essenciais para uma vivência mais ética, empática e transformadora, que nos convidam a olhar para além do conflito, reconhecendo as necessidades humanas, fortalecendo relações e prevenindo rupturas, ampliando nossa visão e propondo caminhos coletivos de reparação, diálogo e construção de vínculos.



Ouvir mais, sem julgamentos e construir juntos, contribuindo assim para uma vida mais humana e justa.

Convidamos a todos para essa reflexão, nos fortalecendo, aprendendo e transformando.

**José Armando Hussid**  
Presidente do CMDCA - SP



Da esquerda para direita, Bruno Borges (Reverendo da Universidade Presbiteriana Mackenzie), Regina Célia da Silveira Santana (Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo), Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas (Coordenadora e Conselheira da Comissão Permanente de Mobilização e Articulação do CMDCA-SP) e José Armando Hussid (Presidente do CMDCA-SP), durante a mesa de abertura do evento.

# PROGRAMAÇÃO

## ABERTURA

A solenidade de abertura foi composta por:

**Regina Célia da Silveira Santana** (Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo)

**José Armando Hussid** (Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo/CMDCA-SP)

**Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas** (Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo/CMDCA-SP)

**Bruno Borges** (Reverendo da Universidade Presbiteriana Mackenzie)

## PAINÉIS

1. **CNV para PLANEJAR:** a busca e a construção de uma cultura de paz
2. **CNV para CONSTRUIR:** Comunicação Não-Violenta aplicada à formação de Políticas Públicas
3. **CNV para RESTAURAR:** Quando a Justiça é Restaurativa - Experiência das Oficinas de Parentalidade

## PAINEL 1 - CNV para PLANEJAR: a busca e construção de uma Cultura da Paz

### Rose Inojosa

Advisor do Centro Internacional Carta da Terra, documento que representa um desenho coletivo de uma nova ética planetária. Conselheira da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz de São Paulo. Docente do programa de Formação em Ética, Ciências do Comportamento e Artes da Associação Palas Athena, em 2024. Coordenadora da coletânea Educação para o Desenvolvimento Sustentável, publicado pela Editora CRV, em 2018. Autora de artigos e dos livros Regenera: Desafios da Regeneração e a Carta da Terra, publicado pelo Centro Internacional Carta da Terra, em 2023, e Discursos Perigosos: violência, internet, paz social, publicado pela Editora Viseu, em 2024. Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e Doutora em Saúde Pública (FSP/USP).

## **PAINEL 2 - CNV para CONSTRUIR: Comunicação Não-Violenta aplicada à formação de Políticas Públicas**

### **Mayara de Carvalho Siqueira**

Doutora em Direito (UFMG). Pós-Doutora em Direito (UERJ). Professora da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Monitorou violações de direitos humanos em Israel e Palestina, onde trabalhou com escolas de comunicação não-violenta. Participou da construção do desenho do Programa NÓS de Justiça Restaurativa nas Escolas de Belo Horizonte, tendo produzido os materiais de apoio, oferecido formação de alinhamento aos tutores e atuado diretamente em escolas públicas municipais e estaduais. Tutora do Programa Nós de Justiça Restaurativa nas Escolas (Minas Gerais). Co-fundadora do Instituto Pazes.

## **PAINEL 3 - CNV para RESTAURAR: Quando a Justiça é restaurativa - experiência das oficinas de parentalidade**

### **Débora Eisele Barberis**

Educadora, comunicadora e pesquisadora em Justiça Restaurativa. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie. Idealizadora do PapoDebs, Centro Educacional de Justiça Restaurativa. Facilitadora e formadora em Justiça Restaurativa. Atuou como facilitadora no projeto "Rede Justiça Restaurativa" coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com apoio do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Autora do livro "Histórias não escutadas: os Mestres Griôs e a Justiça Restaurativa no Brasil.

### **Ana Cláudia Pompeu Torezan Andreucci**

Possui estágios Pós-Doutorais em Comunicação Não-Violenta e Novas Narrativas pela Escola de Comunicações e Artes de São Paulo; (ECA/USP); Direito à comunicação e à voz de crianças e adolescentes pela ECA/USP; em Democracia e Direitos Humanos pelo Instituto Ius Gentium Conimbrigae, Universidade de Coimbra, Portugal; e em Direitos Humanos e Trabalho pelo Centro de Estudios Avanzados de Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Doutora em Filosofia do Direito pela PUC/SP. Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero e em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora no Curso de Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Vice-líder do Grupo de Pesquisa "CriDirMack: o direito à vez e à voz de crianças e adolescentes" da Faculdade de Direito da UPM.

## MEDIAÇÃO:

### Michele Asato Junqueira

Graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000), Especialização em Direito Constitucional com extensão em Didática do Ensino Superior (2006), Mestrado em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010) e Doutorado em Direito Político e Econômico (2016). Atualmente é professora e chefe do núcleo de direito constitucional, humanos e políticos do curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora de Pesquisa da Faculdade de Direito. É líder do Grupo de Pesquisa "CriADirMack: o direito à vez e à voz de crianças e adolescentes" e Vice-líder do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas como instrumento de efetivação da cidadania". Pesquisadora em diversos projetos de pesquisa.





## CNV para PLANEJAR: a busca e a construção de uma cultura de paz

**Rose Inojosa**

Rose Inojosa, advisor do Centro Internacional Carta da Terra, inicia sua apresentação abordando conceitos fundamentais sobre o processo de compreensão do mundo. Ela destaca, como primeiro ponto, a maneira como olhamos o mundo e como o mundo nos observa. Essa percepção, segundo Inojosa, é uma janela particular que é influenciada tanto pelas estruturas sociais e condicionantes históricas em que vivemos, quanto pelas escolhas pessoais, valores e visões de mundo de cada indivíduo.

A palestrante explica que, muitas vezes, caímos na ilusão de que todos observam o mundo da mesma forma. No entanto, a realidade é que cada pessoa possui uma percepção única, construída por uma combinação de valores individuais e coletivos. Embora alguns traços possam ser compartilhados, como no caso de uma história colonial, é essencial reconhecer o papel das experiências pessoais na formação dessa visão de mundo. Embora esses conflitos sejam desconfortáveis, a professora argumenta que são fundamentais para o progresso.

Conflito não é algo negativo, mas sim uma oportunidade para sairmos de nossa zona de conforto e desafiarmos ideais. Quando enfrentamos um ponto de vista contrário ao nosso, somos forçados a refletir e evoluir. Sem isso, a sociedade permaneceria estagnada.

Ela aponta que esses conflitos sociais, embora desafiadores, são a força motriz do desenvolvimento social e político.

No entanto, a palestrante observa que vivemos um momento histórico em que as redes sociais desempenham um papel crucial na interação entre as pessoas. Um fenômeno preocupante são as chamadas “bolhas de informação”, que distorcem as experiências humanas, tanto direta quanto indiretamente. As bolhas, explica, reforçam as crenças preexistentes dos indivíduos, pois criam um ambiente em que o usuário é mantido dentro de um ecossistema de ideias com as quais já concordam.

O efeito disso é limitar o espaço para a diversidade de pensamentos e opiniões, enfraquecendo, assim, o processo de evolução social.

Ela aponta que, em um cenário onde estamos expostos a informações que apenas reforçam nossa visão de mundo, torna-se cada vez mais difícil gerenciar as controvérsias de forma saudável e construtiva.

Embora esses conflitos sempre tenham existido, Inojosa traz que, no contexto atual, marcado por um mundo polarizado e digitalmente mediado, eles se tornaram mais difíceis de lidar. Destaca que o isolamento digital promovido pelas redes sociais intensifica a vulnerabilidade das pessoas, tornando a concordância mais confortável que o confronto.



A criação dessas bolhas de conformidade, alimentadas pelas dinâmicas das redes sociais, priva os indivíduos da riqueza que vem da interação com perspectivas diferentes. Esse processo dificulta o aprendizado mútuo, fundamental para o crescimento pessoal e coletivo.

A palestrante compartilha **três formas clássicas de lidar com os conflitos**, observadas em diferentes contextos sociais:



1

A primeira é a luta, em que duas pessoas com certezas opostas tentam impor sua visão ao outro, seja por meio de argumentação ou violência. Essa postura, marcada pela intransigência, busca submeter a visão alheia à própria perspectiva.



2

A segunda forma, muito mais comum, é a fuga. Nesse caso, as pessoas optam por evitar a confrontação direta, ignorando ou desistindo de resolver o problema.

No entanto, essa fuga não elimina a questão, que tende a crescer e se perpetuar, muitas vezes até se tornar insustentável.



3

A terceira forma de lidar com os conflitos é o diálogo. Ao contrário da luta e da fuga, o diálogo envolve ouvir e compreender os argumentos do outro, criando uma interação construtiva. Ele é essencial para construir um entendimento mútuo, permitindo que as divergências sejam enfrentadas de maneira respeitosa e produtiva.

Diante desse cenário, Inojosa informa que as polarizações atuais criam um ambiente fértil para a hostilidade e o radicalismo, em vez de um espaço seguro e acolhedor. Ela aponta que vemos esse fenômeno em diferentes esferas da sociedade, como nas escolas e nas famílias, que deveriam ser locais de acolhimento, mas que, muitas vezes, se transformam em espaços tensos e polarizados.

A palestrante alerta para o fato de que nossa sociedade está cada vez mais fragmentada, com áreas isoladas e confortos ideológicos. Quando esses espaços são desafiados, a resposta é muitas vezes a violência, seja por meio de confrontos diretos ou de discursos radicais.

Isso cria um campo de destruição e divisão social. Inojosa destaca a perspectiva do livro *Transcender ou Transformar*, de Johan Galtung, renomado especialista em conflitos, que propõe uma abordagem interessante: “Conflitos não são resolvidos porque as pessoas veem a situação de maneira diferente, mas é possível transcender ou transformar o problema”.

Para Galtung, o conflito não deve ser encarado como algo a ser superado ou eliminado, mas como uma oportunidade de crescimento. Esse ponto de vista é essencial para a transformação de uma sociedade polarizada, onde o maior desafio é aprender a lidar com a diversidade de visões sem recorrer à violência ou ao isolamento.

O que podemos aprender com os conflitos e com as bolhas de informação é que, ao nos fecharmos em nossos confortos ideológicos, perdemos a chance de crescer e evoluir como indivíduos e sociedade. Embora a luta, a fuga e até o diálogo sejam essenciais, é necessário avaliá-los constantemente, ajustando-os para que, em um mundo cada vez mais polarizado, possamos transformar os conflitos em oportunidades para um aprendizado genuíno e uma convivência mais harmoniosa.

Dentro da cultura de paz a abordagem para esses conflitos, tanto em um contexto individual quanto social, exige uma reflexão profunda sobre as formas de lidar com as divergências e desafios de criar uma comunicação não violenta.

É importante distinguir a paz superficial que frequentemente se traduz em omissão, submissão e passividade.



A título de exemplo: no campo da educação e das relações familiares, especialmente quando se trata de lidar com crianças, observa-se que a gestão de conflitos pode ser mais eficaz quando a abordagem é mais empática. Outro exemplo disso seria a maneira como se lida com uma criança que faz birra: ao invés de reagir com gritos ou punições a mudança no foco se torna mais eficaz.

Assim, ao adotar uma postura mais empática, as pessoas podem aprender a lidar com as divergências de maneira construtiva tornando fundamental para a construção de uma sociedade mais pacífica e equilibrada.

A cultura de paz não é sinônimo de passividade, omissão ou submissão a injustiças. A paz verdadeira exige uma postura ativa, assertiva, e acima de tudo respeitosa. Enfrentar as situações com coragem, buscando uma solução que envolva o respeito pela vida, e pelos direitos do outro.

A Paz é um processo contínuo de construção e esforço que atua contra a corrente da violência e da intolerância. Sendo assim, ela deve ser ativa, e uma das formas de promovê-la é por meio da comunicação não violenta – proposta por Marshall Rosenberg.



A comunicação não violenta, como ferramenta dentro de uma cultura de paz, é um método de resolução de conflitos que precisa ser adaptado ao contexto em que é aplicado. É importante lembrar que não se trata de uma regra rígida, mas sim de uma orientação para promover o entendimento e conexão entre pessoas respeitando suas particularidades e necessidades.

Existe uma predominância na sociedade de uma cultura de violência, com aquela velha ideia do “bateu - levou”. Esse tipo de intolerância precisa ser confrontada com ações que promovam a paz, a inclusão e o respeito pelas diferenças. Buscar soluções rápidas ou reativas não resolve conflitos de forma duradoura, diz a professora.

A comunicação não violenta é muito mais do que a resolução de conflitos, ela deve representar uma filosofia, que quando aplicada pode transformar as relações, as dinâmicas sociais envolvendo contextos muito mais amplos como escolas, organizações e a comunidade como um todo.

Por fim, ressalva Rose Inojosa, que é possível cultivar uma cultura de paz, resistindo a essa correnteza de violências e trabalhando para que um dia a verdadeira paz se torne dominante. Isso requer coragem, paciência e resistência a críticas, mas é essencial para a construção, sobretudo de um futuro mais harmonioso e justo. Embora seja desafiador, é possível. Cultivar a paz é uma tarefa contínua, conclui a professora.



# CNV para CONSTRUIR: Comunicação Não-Violenta aplicada à formação de Políticas Públicas

*Mayara de Carvalho Siqueira*

Mayara de Carvalho Siqueira, Doutora e Pós-Doutora em Direito, além de Professora na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, inicia sua intervenção destacando que a comunicação não violenta não deve ser vista como algo estanque. Ela argumenta que tanto a Comunicação Não Violenta quanto a Justiça Restaurativa, quando implementadas como políticas públicas, são práticas permeadas por dinâmicas contínuas, que não se limitam à violência física ou psicológica, mas englobam também as violências estruturais. Ressalta que as violências, em sua complexidade, não podem ser tratadas de forma superficial.

A professora, que tem contribuído para o desenho de políticas relacionadas à justiça restaurativa, faz uma reflexão sobre a administração pública, que se encontra imersa em um contexto de violência, reflexo de um Brasil anterior à redemocratização, com uma descentralização ainda incipiente. Ela explica que todo Estado está sujeito aos limites de sua constituição, e, portanto, é necessário pensar em uma administração pública que se proponha a ser “não violenta”.

A Constituição, segundo ela, já estabelece princípios fundamentais como descentralização, equilíbrio e cooperação, os quais devem ser adotados na gestão pública.

Mayara, então, lança algumas questões provocativas: a confiança é um valor essencial, mas ela pergunta se, na prática, confiamos uns nos outros, se a população confia na administração pública e, por fim, se a administração pública confia nos cidadãos. Ela aponta a dificuldade de estabelecer um diálogo eficaz, questionando como se pode pensar em uma administração pública não violenta quando não há uma conexão real entre todos. **“É preciso tratar sobre a autonomia e responsabilidade no cuidado com as juventudes com equilíbrio adequado”**, diz a professora.

São peças-chaves para a construção de políticas mais eficazes e justas. Em sua palestra, relembra de sua trajetória mencionando que na Palestina teve contato com escolas que priorizavam a não violência, e que quando voltou ao Brasil esse contexto havia mudado, fazendo-a repensar sua abordagem em relação aos problemas sociais.

No contexto de sua experiência no exterior, Mayara revela histórias de extrema violência, mas que ainda assim as crianças tinham a oportunidade de se sentirem seguras por meio de práticas pedagógicas fundamentadas na não violência. Escolas essas, focadas no cuidado e respeito aos direitos da criança.

A história mostrou como a presença no território escolar revela rostos, histórias e urgências que a teoria isolada não alcança. Estar presente exige coragem e preparo emocional.

Quando no Brasil, e diante de uma realidade bem diferente, isso a fez refletir sobre a importância de abordar os temas de justiça restaurativa e comunicação não violenta especialmente no contexto da educação e das políticas públicas voltadas para a juventude.

Enquanto coordenadora de um projeto de extensão sobre justiça restaurativa no ambiente socioeducativo, Mayara compartilha com os presentes a atuação de um caso de justiça restaurativa onde um adolescente após um incidente simples na escola foi tratado de uma forma punitiva, sem que ninguém questionasse o comportamento da pessoa que o havia agredido.

Isso ilustra como, muitas vezes a violência e a punição são tomadas como respostas imediatas sem refletir sobre causas e consequências. Diante disso surgiu a ideia de criar uma prática que começasse nas escolas e universidades, centros de direitos humanos, diz Mayara, surgindo, assim a Comissão de Justiça Restaurativa dentro do Fórum Socioeducativo trazendo uma multiplicidade de perspectivas para a elaboração do projeto.

A partir disso, da formação de pequenos grupos e a comunicação entre as diferentes instituições, como por exemplo, o Ministério Público foi possível avançar na estrutura do programa, seus conteúdos e como se relacionariam com a realidade das escolas.

Após muitos ajustes, o projeto se estabeleceu dentro da ideia de que cada escola municipal ou estadual de Belo Horizonte, onde atuou, pudesse ter seu próprio núcleo para trabalhar os conflitos internos, relata.

E então observou-se que seria necessário um processo de capacitação, conectado ao cotidiano das escolas. A ideia de envolver toda a comunidade escolar se tornou uma estratégia que buscou fortalecer o ambiente escolar como um todo. No fim das contas, o projeto representou um esforço coletivo para transformar a realidade das escolas superando desafios e ajustando constantemente a abordagem para torná-la mais inclusiva e prática para as necessidades locais.



Voltando a falar da escola na Palestina, de 150 anos, explicou que ela teve origem em um trabalho missionário voltado à formação de pais. Apesar de uma base cristã inicial, a instituição abriga hoje estudantes de diversas religiões, incluindo muçulmanos, judeus, cristãos e ateus, além de outras crenças minoritárias predominantes naquela região. Para além das imagens, informou que foi desenvolvida uma cartilha, que incluiu conteúdos sobre comunicação não violenta, material esse ilustrado por jovens que cumpriram medidas socioeducativas por atos infracionais.

A cartilha inclusive gerou renda para o projeto, pois a comissão de justiça restaurativa de Belo Horizonte atuou em 6 (seis) frentes distintas. Essas frentes incluíam o CIA (Centro Integrado de Atendimento) voltado ao atendimento de atos infracionais; a atuação da polícia civil; nas unidades de internação e semiliberdade; nas unidades de acolhimento; nas medidas socioeducativas em meio aberto; e por fim, nas escolas – sendo essa última a iniciativa mais recente. Por trás da “ideia” uma rede de 90 (noventa) pessoas atuantes, visitantes e colaboradores interessados.

Mayara continua dizendo que, conversou com vários estudantes de ensino médio, líderes secundaristas, para compreender os problemas percebidos por eles e a escola que desejavam para si. Alguns jovens, tinham maior facilidade para apontar problemas do que descrever um tipo de escola ideal.

E a pergunta que guiava essas conversas era simples: Qual escola que você sonha? E as respostas eram sempre as mesmas: as deficiências, mas nunca o que se desejava construir.

Em cada escola buscou-se compreender como o território lidava com os conflitos e as pistas se tornaram cada vez mais valiosas. Um exercício de escuta e curiosidade. De aprendizado.

É preciso trazer dois pontos no desenho de uma política pública, explica a professora. O Primeiro ponto é a sensibilização. Não se pode esperar que haja uma adesão a uma proposta de forma imposta. Após a aprovação do programa por parte do governo como um todo, houve uma estratégia cuidadosa para o cenário: Foram realizados eventos em vários locais, fazendo oficinas explicativas, apresentando propostas e todos os fundamentos da comunicação não violenta e da justiça restaurativa bem como todos os problemas que estavam sendo identificados.

Todos trouxeram suas vozes, suas sugestões e seus ajustes ao programa. A professora explica que o passo precursor do processo foi a formação teórica dos gestores da Secretaria Municipal de Educação que passaram pelas 32 horas de formação. Eles experimentaram, refletiram, sugeriram mudanças, questionaram. “Isso foi essencial. Não adiantaria ter uma escola na ponta disposta a participar, se, ao reportar suas ações, encontrasse uma gestão que não compreendesse ou, pior, respondesse com punição e descaso”.

Portanto, o segundo ponto é a formação. Sensibilização e formação caminham lado a lado.

Por frequentar espaços cheios de história, marcados por intervenções e dificuldades profundas, muitos questionamentos foram feitos e o foco estava sempre no que já existia.

A professora relata sobre um caso que vivenciou em sala de aula: dentro de uma escola estadual, durante o treinamento, um garoto entrou na sala sem pedir licença, ignorando a saudação de educação, com um boné lhe cobrindo parte do rosto. A sala estava cheia e uma determinada menina parecia ser o foco do garoto. O garoto não se envolvia nas atividades – estava ali à margem. Em meio a essa formação houve um espirro alto. O garoto gargalhou alto, e zombou da situação. Naquela situação - ele acabou sendo notado – se fez presente como gostaria.

A professora então tomou uma decisão: escreveu a palavra “catarro” na lousa e relacionou a ortografia ao grego antigo, à filosofia, dentre outros. O jovem, que inicialmente estava desinteressado, mostrou-se curioso. Nos dias seguintes o aluno ofereceu ajuda para organizar a sala de aula, nas tarefas, trouxe materiais e então pediu para conversar, questionando a professora “como era uma prisão”. Disse que iria para lá no dia seguinte, já que pretendia matar seu padrasto.

A professora sugeriu que conversassem no dia seguinte o que foi atendido. O garoto, em nova conversa, explicou a motivação. Ele queria proteger o irmão mais novo das agressões do padrasto, vítima de violência e racismo dentro da própria casa.

A comunidade escolar foi acionada a partir daí garantiram que o irmão do garoto não ficasse o tempo todo exposto ao padrasto, criou-se um ambiente mais seguro para ele e tirou-o do ambiente prejudicial.

Mayara conta outra história de uma escola igualmente desafiadora: A escola Municipal Anne Frank, localizada entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem, em um bairro chamado Confisco. Nesta escola era comum ver crianças usando armas brancas, casos de abuso e tráfico, dentre outros.

Durante uma aula, um professor sugeriu aos alunos investigarem a história do bairro. Descobriu-se que eles precisam ir além para entender a história do bairro mais profundamente. Os alunos entrevistaram moradores, descobriram luta por terras, ocupações.

Todo esse material serviu para dar origem a um HQ usando Anne Frank, já que é o nome da escola em que estudam, como personagem principal contando que ao fugir do nazismo é enviada ao bairro do Confisco em 2010. Recebida pelos moradores que contam suas histórias de resistência. Essa HQ foi escrita e desenhada pelos alunos.

Esse Projeto transformou a visão das crianças sobre si mesmas, seu bairro e seu futuro. Então a escola foi vista como um espaço de identidade e potência.

O impacto foi tão profundo que além de ganharem vários prêmios, tiveram a oportunidade de ir para Amsterdã conhecer o refúgio de Anne Frank e dessa forma se olharem com muito mais autoestima e pertencimento.

## Por que Confisco?



Mais informações a respeito no QR code disponibilizado na página 47 desta cartilha.

“Vivem no Confisco, na cidade de Belo Horizonte, vários e várias Anne’s, confinados, confiscados, de seus direitos. Morre no gueto do Confisco, uma juventude negra que é dizimada cotidianamente, sem tempo de escrever seu diário ou sua HQ.”  
Professor da Escola Anne Frank.

Por fim a professora reflete que todas as histórias mencionadas, além de mudarem a maneira desses alunos se colocarem diante do mundo e projetar o próprio futuro, pode parecer uma coisa pequena. Mas essas histórias mudam tudo: o entorno, os pais, a comunidade e principalmente a maneira de se relacionar.





## CNV para RESTAURAR: Quando a Justiça é Restaurativa - Experiência das Oficinas de Parentalidade

*Debora Eisele Barberis*

Educadora, comunicadora, pesquisadora e mestre em Direito Político e Econômico, Débora Eisele Barberis inicia seu painel trazendo um panorama acerca da sua trajetória profissional, visto que entende que foi essa trajetória que a levou ao caminho da Justiça Restaurativa. Se formou em direito com o grande sonho de construir justiça e iniciou seu estágio no Ministério Público para atuar na área de infância e juventude, mais precisamente tratando com a área de ato infracional.

Foi ali que teve uma vivência transformadora no sentido de refletir a respeito da estrutura do direito, relata que 98% dos adolescentes que ali eram postos por ato infracional eram jovens negros e ela, enquanto uma mulher branca e de idade próxima a daqueles adolescentes, sentia que havia um abismo que separava aqueles poucos centímetros que se sentavam de distância um do outro no ambiente da oitiva.

Essa vivência a gerou uma angústia, visto que esses jovens traziam em suas respectivas falas durante o procedimento da oitiva, direitos dos quais eles não tiveram acesso (seja direito à educação, à saúde, à moradia) e enquanto isso, o sistema

insistia que esses assuntos não eram cabíveis para serem tratados naquele momento, o que era importante era apenas se aquele jovem estava naquele lugar, com aquela mochila, com aquela pessoa.

Essa realidade gera uma sensação de injustiça à palestrante, visto que a justiça naquele momento era vista como saber apenas se aquele jovem estava no local e horário do fato ocorrido, sem que o todo fosse considerado como relevante.



A palestrante compartilha uma vivência em que, durante esse estágio, uma mãe a pediu aos prantos que internasse seu filho na Fundação Casa, visto que essa mãe não detinha mais condições de lidar com o filho que era dependente químico e, diante daquela situação, a mãe não foi ouvida nem ao menos acolhida pelo sistema. A partir deste exemplo, a palestrante provoca que existe toda uma estrutura que impossibilita na maioria das vezes que os adolescentes e a família sejam ouvidos, para que pudessem ao menos compartilhar a dor da violência que estão passando naquele momento.

A partir dessas experiências, a palestrante passa a se questionar acerca do modelo de construção de justiça que pretende colaborar enquanto operadora do direito, foi então que dentro dos estudos criminais deparou-se com o termo da **Justiça Restaurativa**.

Justiça é uma  
construção coletiva  
que precisa fazer  
parte do cotidiano.

A Justiça Restaurativa visa garantir uma estrutura para discutir todas as situações que permeiam ou que fizeram com o que um jovem chegue em uma situação de ato infracional.

Ademais, prega por uma acessibilidade linguística maior, já que a linguagem jurídica pode muitas vezes afastar as pessoas de entenderem o que fizeram de errado, visando que seja construída uma consciência sobre o contexto.

Diferentemente da imagem convencional que se tem do direito, normalmente associada a um homem branco de terno, ou à uma lei, à um livro, à sentença de um juiz, a Justiça Restaurativa é construída coletivamente, não se resume a mera sentença de um juiz.

## JUSTIÇA

Construída coletivamente, não é uma sentença de um juiz e não é ligada apenas a um ato isolado

**A justiça restaurativa pode ser explicada através de 3 conceitos:**

## CONFLITO

Construir espaços para se olhar o conflito já que inerente à condição humana: "(...) Pacificar a sociedade não significa não ter mais conflitos, quando na verdade a justiça restaurativa vai falar que o conflito é algo que está inerente às relações e porque não construir espaços para olharmos para isso?"

## PUNIÇÃO

Construção de uma responsabilização e uma consciência, ao invés de punir, um processo da pessoa se perceber atuante no contexto;

Importante ressaltar que a justiça restaurativa teve sua origem junto aos povos originários, mais especificamente dos povos indígenas da região do Canadá (povo Yucom), um povo que inspira práticas com a justiça de base comunitária. Antes do advento da implementação da forma europeia de “fazer justiça” já existiam formas de construção de justiça que eram aplicadas por povos originários que acabaram por ser ignoradas.

E quando essas práticas são “retomadas” pelo movimento da Justiça Restaurativa, não houve um movimento de buscar um diálogo com esses povos, reproduzindo de certa forma o comportamento branco centrista. Sendo este incômodo que levou a palestrante a desenvolver o seu trabalho no campo da Justiça Restaurativa, através do “Papo Debs”, construindo assim uma formação de Justiça Restaurativa sob uma perspectiva crítica, que olhasse para as violências estruturais e para a cultura brasileira.

A palestrante compartilha que em um projeto que se deu em 2018 pelo Centro de Educação Popular e Direitos Humanos do Campo limpo, intitulado “Restaurando a Justiça: integrando comunidades jovens em conflito com a lei”, do qual integrou enquanto facilitadora e contribuiu para formação das técnicas de medidas socioeducativas em meio aberto, além de criar círculos dentro do serviço, sendo que um dos desafios dentro do projeto era justamente estabelecer uma conexão com os adolescentes.

Relata que em uma das ocasiões, depararam-se com um caso de um adolescente que havia sido autuado dirigindo uma moto sem habilitação e para o caso em si, a palestrante realça a importância de se ater a um recorte de violência estrutural, visto que uma adolescente branca dirigindo com o pai, em um bairro branco, sem habilitação não é autuada, sequer considerada uma ameaça social, contudo, um adolescente negro, dirigindo uma moto em um bairro periférico se torna um grave transgressor da norma.

A palestrante ressalta esse caso em específico para exemplificar a dificuldade de se estabelecer uma conexão com os adolescentes nestes casos, visto que esse em específico, conforme sua fala, não conversava com ninguém e um dos métodos utilizados nas rodas de conversa com os adolescentes era a utilização de um “objeto da palavra”, ou seja, um objeto que, quem o segurasse, teria direito a se expressar, de forma a organizar melhor o tempo de fala de cada um e para que os adolescentes se autorregulassem diante daquela ferramenta. E para alcançar aquele adolescente em específico, a palestrante relata que resolveu levar como objeto de fala uma moto e questionou o adolescente o motivo dele gostar tanto de andar de moto. O adolescente então relata que se sente livre ao andar de moto, porém ainda mais, se sente mais próximo do irmão que andava constantemente de moto, mas que havia sido assassinado pela polícia.



A palestrante aproveita também para compartilhar a experiência que teve na escola de Suzano, logo após o atentado de 2019, em um programa de acolhimento da comunidade escolar em parceria com a Defensoria Pública. O primeiro ponto curioso levantado pela palestrante é que logo no começo das dinâmicas, os pais das crianças e adolescentes passaram a demonstrar interesse em participar da comunidade escolar colaborando de alguma forma, seja criando uma horta, seja dando aulas de marcenaria, enfim.

O ponto crucial deste apontamento da palestrante é justamente **trazer uma reflexão de como se é feita a escuta desses adolescentes a partir de uma estrutura que vai além do fato isolado, ultrapassando as barreiras dos julgamentos morais, seja dentro dos serviços da rede de proteção, seja no nosso cotidiano.** A mera imposição de que algo não pode ser feito, sem que não seja estabelecida uma conexão, pode não ser verdadeiramente eficaz para solucionar a controvérsia.

Essa mobilização deixa um ponto de reflexão para se questionar como a sociedade pode colaborar dentro do ambiente escolar para além do mero comparecimento em situações como reunião de pais.

Outra vivência extremamente importante compartilhada pela palestrante, foi a respeito da **importância de promover e garantir o direito à voz e a escuta às crianças e adolescentes**, visto que, durante as rodas de conversa, as crianças e adolescentes da escola de Suzano compartilharam que já estavam cientes de que havia algo de errado, de que havia um conflito iminente que poderia resultar em algo mais grave.



A principal queixa dessas crianças e adolescentes desta comunidade escolar era de que eles queriam ser escutados.

Ademais, a palestrante relata seu choque ao perceber que a maioria dos alunos da escola falavam em suicídio e em automutilação, o que faz lembrar ainda mais a importância de visualizar a justiça não como um evento específico, mas como uma construção cotidiana, sobre a construção de um espaço seguro para que crianças e adolescentes possam falar sobre saúde mental, sobre violência, sobre suas angústias e que possam ser acolhidos e para que essa estrutura seja eficaz, é necessário também ouvir a própria rede de apoio, como os professores, por exemplo, que muitas das vezes não possuem a expertise ou a bagagem necessária para oferecer um suporte àquela dor que lhes é trazida por aquelas crianças e adolescentes.

É necessário que haja uma mudança na dinâmica para que crianças e adolescentes não sejam escutados somente após graves acontecimentos, mas sim que sejam ouvidas antes justamente para evitar que tragédias como a de Suzano, voltem a ocorrer.

A palestrante ainda compartilha outra experiência que teve em um projeto que se deu na escola Municipal Amorim Lima para levar estudos sobre justiça a crianças de 7 a 8 anos, a palestrante relata que propôs que fossem feitas rodas de conversa antes e após a aulas para que fosse criada uma comunicação mais eficaz com aquelas crianças e com os próprios professores.

Essa dinâmica passa a criar um senso de responsabilização coletiva entre aqueles que participam, visto que muito mais que chegar e impor condições, mostrar vulnerabilidades e estabelecer conexões possibilitam que a comunicação seja muito mais eficaz e pacífica. **“Quanto menos a gente se sente pertencente a um espaço, mais a gente se sente na possibilidade de violar esse espaço e violar as pessoas.”**

O fazer parte, conforme a palestrante pontua, é justamente ser escutado, ser considerado e ser respeitado.

Neste sentido, a palestrante parte da premissa de que para além da escuta, é necessária uma mobilização para que seja possibilitado o acesso daquela criança e adolescente àquele direito, para que então o conflito seja de fato resolvido. Ademais, frisa que existe um julgamento moral de que crianças e adolescentes não nos ensinam nada e, citando Paulo Freire em “Pedagogia da Pergunta”, ressalta que o diálogo só existe se acreditamos fielmente que o outro tem algo a nos ensinar, desta forma, qualquer diálogo estabelecido com uma criança e adolescente que parte de um pressuposto menorista, não será satisfatório para nenhuma das partes.

Restaurar a justiça passa por garantia de direitos, não há como falar em restaurar justiça em um conflito se as pessoas não têm acesso a direitos fundamentais.

Ademais, a palestrante salienta a necessidade de a restauração da justiça ser coletiva, seja entre os indivíduos, sejam também dos indivíduos para com o meio ambiente, criando um senso de responsabilidade coletiva que vai além da concepção dos diretamente envolvidos no conflito, como se fossem seres completamente descolados do tecido social, o que não é a realidade.

Por fim, a palestrante se encaminha ao encerramento de sua contribuição, trazendo uma reflexão acerca da natureza cotidiana que a Justiça deve ter, que deve estar presente no nosso dia a dia, na forma em que nos comunicamos, construímos nossos espaços na sociedade e para isso é necessária uma desconstrução dessa visão punitivista não só sob a justiça em si, mas sob as relações interpessoais, sobre como os indivíduos tendem a se autopunir ou punir o outro, reproduzindo assim um cotidiano violento na esperança que o “evento especial da Justiça” dê conta de transformar esse cotidiano.

Neste sentido, não há de se manter um olhar sobre a sociedade como um amontoado de pessoas terríveis, ainda mais considerando que existem ferramentas de comunicação e de cuidado para uns com os outros que podem ser aplicadas e resultar em uma transformação social de fato.

“A resposta judicial jamais responde aos anseios de quem busca muito mais resgatar prejuízos emocionais pelo sofrimento de sonhos acabados do que reparações patrimoniais ou compensações de ordem econômica”.\*



\*DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 5d. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 80.

## Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci

Professora no Curso de Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Vice-líder do Grupo de Pesquisa "CriaDirMack: o direito à voz e à voz de crianças e adolescentes" da Faculdade de Direito da UPM, Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci, possui estágios Pós-Doutorais em Comunicação Não-Violenta e Novas Narrativas pela Escola de Comunicações e Artes de São Paulo (ECA/USP) e inicia sua fala compartilhando que em seu primeiro pós-doutoramento decidiu estudar a respeito do direito à voz de crianças e adolescentes na Política, em que conheceu o Projeto Plenarinho, que dá voz às crianças para que compreendam que a vida em sociedade é inteiramente política e sua respectiva importância.

Já em seu segundo pós-doutoramento resolveu estudar a respeito do direito à voz de crianças e adolescentes no Poder Judiciário, mais especificamente

na área do Direito de Família, visto que através dos estudos, encontrou a iniciativa da Juíza Vanessa Aufiero da Rocha da 2ª Vara de Famílias e Sucessões do Foro de São Vicente do estado de São Paulo, que trouxe ao Brasil a aplicação das **Oficinas de Parentalidade**.

Os Estados Unidos e Canadá foram os países pioneiros a adotarem a prática das oficinas e a referida magistrada realizou um curso de mediação em Nova York, em que em uma das disciplinas cursadas, deparou-se com a proposta de discussão acerca da educação parental, o que despertou sua curiosidade a respeito da prática.

As oficinas de parentalidade surgem como uma ferramenta de aplicação da Comunicação Não-Violenta dentro da Mediação Familiar em casos de divórcio com filhos crianças e adolescentes, já que esses não devem sofrer as consequências de uma comunicação falha ou violenta que exista entre um casal que está em vias de se divorciar.

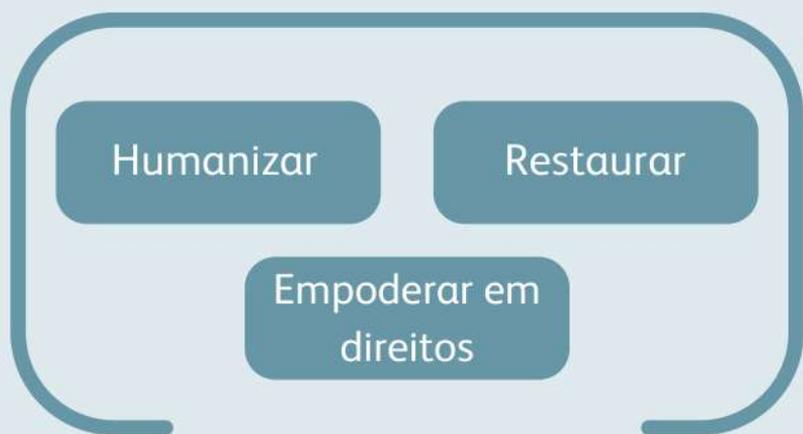
A palestrante compartilha que o seu interesse nestes estudos era justamente nas crianças e adolescentes que participavam dessas oficinas de parentalidade, visto que atuou como observadora das oficinais, além de pensar em estratégias para engajar estudantes de direito a conhecerem mais a respeito da prática da Comunicação Não-Violenta a partir do projeto desenvolvido na faculdade de Direito do Mackenzie chamado “Comunicação Não-Violenta e Educação para a Paz nas ambiências jurídicas” para que se possa refletir como dentro da formação acadêmica do direito, passem a pensar em um direito transformador, que vai além daquela perspectiva de que um bom advogado é aquele “bom de briga” e de que fazer acordo é algo ruim, a importância de trabalhar com uma mediação baseada na Comunicação Não Violenta é aquela não só que previne crise, mas que previne riscos.



Neste sentido, é importante sim reconhecer a relevância da sentença do juiz, contudo esta sentença, conforme cita Maria Berenice Dias, raramente produz efeitos apaziguadores desejados pela justiça. A palestrante ressalta a sensibilidade inerente a área do direito de família e do direito da criança e do adolescente, áreas que são vivas, que pulsam, que são resultado de uma eterna construção social.

No que diz respeito ao direito de família, em específico nos casos de divórcio dos pais, quando uma família composta por crianças e/ou adolescente se rompe, se os adultos envolvidos não possuem estrutura o suficiente para lidar com aquele conflito, recairá àquela criança e/ou adolescente uma “necessidade” de escolha, como daquelas famosas frases “se o seu pai for eu não vou” ou “me escolha ou escolha sua mãe”. Contudo, a vida daquela criança e/ou adolescente irá proporcionar encontros contínuos entre aqueles adultos em prol de aniversários, formaturas, neste sentido por mais que a convivência cotidiana seja cessada, haverá eventos em que aqueles adultos devem se portar de maneira adequada no mesmo ambiente em prol de celebrar ou apoiar aquela criança e/ou adolescente.

Assim, o principal objetivo da oficina de parentalidade é:



Crianças e adolescentes para que conheçam conceitos como:

Alienação Parental

Abandono Afetivo

Diferentes formas de abuso e violência



Para que os pais também entendam que ninguém nasce pai ou mãe, mas sim que se aprende e isso é um dever, um dever parental.

O projeto das oficinas foi um sucesso e se tornou uma política pública proposta pelos Tribunais de Justiça dos Estados em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela Recomendação nº 50 de 08/05/2014, no âmbito das Varas de Família e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS), com vistas a garantir em processos judiciais de ruptura conjugal e familiar a minimização dos traumas advindos para os envolvidos, em especial, crianças e adolescente e dentro das oficinas, são trabalhados temas como dever parental, a ética do afeto, educação para paz e a comunicação não violenta.

As Oficinas de Pais destinam-se aos genitores e/ou aos responsáveis, podendo incluir em casos mais excepcionais avós ou outros responsáveis que necessitem de auxílio para a remodelar suas visões e atitudes em relação aos demais parentes e à criança e/ou adolescente envolvido, diante da nova formação familiar. Ainda, é importante ressaltar que o casal que está em vias de separação, não pode estar na mesma sessão, devendo cada um estar em uma sessão diferente um do outro. Já a Oficina dos Filhos é composta pela Oficina de Crianças, destinada a crianças com idade de 6 a 11 anos e pela Oficina de Adolescentes destinada aos jovens de 12 a 17 anos, sendo aplicadas presencialmente e a distância\*.

\*Ressalvadas as oficinas de criança, que ocorrem apenas de forma presencial.

As crianças e adolescentes são protagonistas nas Oficinas Parentais, exercendo seu direito à vez e voz, a partir da criação de um espaço seguro para que expressem seus sentimentos a respeito da separação dos pais e/ou responsáveis, bem como fornecer estratégias para que os filhos consigam superar as dificuldades inerentes à essa fase de reorganização familiar e se adaptem a essa nova realidade.

São fornecidos materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Comitê Gestor da Conciliação que consiste em slides, vídeos e materiais informativos, cada um voltado ao público específico daquela oficina. Mais especificamente às crianças, a palestrante ressalta o desenvolvimento de uma história em quadrinhos chamada “Turminha do Enzo” que trata justamente sobre uma criança que está aprendendo a lidar com sua nova dinâmica familiar após a separação dos pais e salienta a importância da educomunicação - comunicação para educar – para instruir essas crianças de forma leve e lúdica.



Ademais, nas Oficinas destinadas aos filhos, o direito à comunicação e à participação se fazem presentes em um universo de interação, ludicidade e novas narrativas para compreensão do conceito de ruptura conjugal, dos novos arranjos familiares, das novas formas de convivência e da resignificação da dor. É a aplicação de um judiciário mais educador, protagonista em democratizar direitos, ouvindo todas as partes envolvidas, principalmente as crianças e adolescentes.

“Quando a pessoa é tocada por um direito que ela não conhece, é como se ela fizesse: Eureka!”

Uma proposta reflexiva deixada pela palestrante é se a aplicação dessas oficinas deve ser facultativas, como assim já é, ou se deve ser obrigatória nos casos de divórcio com filhos, sendo essa uma controvérsia no âmbito do direito.

Por fim, a palestrante amarra sua exposição elucidando que **um dos maiores princípios que permeiam o direito da criança e do adolescente é o princípio da afetividade e conforme exposto pela professora, amar é um verbo aberto e muito etéreo, neste sentido o judiciário tem traduzido o verbo amar como cuidar, assim cuidar é preciso, é necessário e o amor é a lei maior, um amor de cuidar.**

## CONCLUSÕES

A Comunicação Não Violenta (CNV), proposta por Marshall Rosenberg, e a Justiça Restaurativa (JR) compartilham princípios fundamentais que buscam transformar a forma como lidamos com conflitos, promovendo empatia, escuta ativa e responsabilização mútua. Ambas as abordagens se distanciam de modelos punitivos tradicionais, apostando em práticas que valorizam o diálogo e a reconstrução de vínculos.

A Comunicação Não Violenta atua como uma ferramenta essencial dentro dos processos restaurativos, pois oferece uma linguagem que favorece a expressão honesta de sentimentos e necessidades, sem recorrer a julgamentos ou acusações. Isso cria um ambiente seguro para que as partes envolvidas em um conflito possam se ouvir genuinamente, abrindo espaço para o reconhecimento do impacto causado e para a construção de acordos significativos e sustentáveis.

Já a Justiça Restaurativa propõe uma mudança de paradigma: ao invés de focar na punição do infrator, busca compreender as causas do dano, restaurar relações e reintegrar as pessoas à comunidade. Nesse processo, a escuta empática e a comunicação clara – pilares da Comunicação Não Violenta – são essenciais para que todos os envolvidos se sintam ouvidos, respeitados e corresponsáveis pela solução.

Conclui-se que tanto a Comunicação Não Violenta quanto a Justiça Restaurativa oferecem caminhos mais humanos, eficazes e duradouros para a resolução de conflitos, promovendo uma cultura de paz. Ao se complementarem, tornam-se potentes instrumentos de transformação social, capazes de fortalecer a convivência, prevenir violências e resgatar o sentido de pertencimento e responsabilidade coletiva.

# RECOMENDAÇÕES



Livro: **Comunicação Não Violenta - Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**  
Marshall B. Rosenberg



Livro: **Transcender e Transformar - Uma introdução ao trabalho de conflitos**  
Johan Galtung



Livro: **Isto ou Aquilo**  
Cecília Meireles



Audiocurso: **Discordar com Empatia**  
UMAPAZ - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo



História em Quadrinhos: **História do Confisco em Quadrinhos**  
EMEF Anne Frank





Curso Online: Oficina  
Online de Parentalidade  
Conselho Nacional de  
Justiça



Cartilha: Justiça Restaurativa nas  
Escolas  
Comissão de Justiça e Práticas  
Restaurativas do Fórum Permanente  
do Sistema de Atendimento  
Socioeducativo de Belo Horizonte



História em Quadrinhos:  
Turminha do Enzo: meus pais  
não moram mais juntos, e  
agora?  
Conselho Nacional de Justiça



Notícia: Projeto Coração de Tinta realiza círculo de  
construção de paz em capacitação do PJe para  
policiais civis de Poções  
Tribunal de Justiça da Bahia



## ANEXOS

### PROGRAMAÇÃO

- **08h30** *Credenciamento*
- **09h00** *Abertura*
- **09h30** CNV para PLANEJAR: a busca e construção de uma Cultura da Paz
- **10h20** CNV para CONSTRUIR: Comunicação-Não Violenta aplicada à formação de Políticas Públicas
- **11h10** *Coffee Break*
- **11h50** CNV para RESTAURAR: Quando a Justiça é restaurativa - experiência das oficinas de parentalidade
- **12h40** *Encerramento*

## IMAGENS



Da esquerda para a direita: Esequias Marcelino, Mayara Siqueira, Sueli Karanauskas, Débora Barberis, Michelle Asato e Ana Cláudia Andreucci



Da esquerda para a direita: Débora Barberis, Mayara Siqueira, Rose Inojosa e Michelle Asato durante a apresentação do segundo painel.



Saudação da Conselheira Sueli Karanauskas para o início do evento.



Da esquerda para a direita: Débora Barberis, Mayara Siqueira, Rose Inojosa e Michelle Asato e Ana Cláudia Andreucci durante a apresentação do terceiro painel.



Da esquerda para a direita: Ana Cláudia Andreucci, Débora Barberis, Mayara Siqueira, Rose Inojosa durante a apresentação do terceiro painel.



Da esquerda para a direita: Débora Barberis, Mayara Siqueira, Michelle Asato e Rose Inojosa durante a apresentação do primeiro painel.

## DIVULGAÇÃO

Folder do evento:

[Folder Programação.pdf](#)

Publicação no Instagram

[https://www.instagram.com/p/DIO4o2nRf8L/img\\_index=3&igsh=MTY2bXM4M3M3dWE5bQ==:](https://www.instagram.com/p/DIO4o2nRf8L/img_index=3&igsh=MTY2bXM4M3M3dWE5bQ==;)

## MATERIAL DAS PALESTRAS



[Apresentação Palestrante Ana Torezan](#)



[Apresentação Palestrante Rose Inojosa](#)

\*Os materiais acima são de propriedade intelectual de Ana Torezan e Rose Inoja, respectivamente, gentilmente disponibilizados APENAS para fins educativos, ilustrando suas exposições no evento. GRAVAÇÃO DO EVENTO Gravação Seminário – pt. 1 Gravação Seminário – pt. 2

## GRAVAÇÃO DO EVENTO



[Gravação Seminário](#)

O seminário também pode ser acessado através do QRcode:





PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**

Apoio:



Mackenzie

